

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Resolução CRH nº 02, de 25 de março de 2009.

*Dispõe sobre a Homologação da criação
do Conselho Gestor do Açude Ingazeira- CONSU INGAZEIRA.*

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CRH, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o que foi discutido e aprovado na XX Reunião Ordinária do CRH ocorrida em 25 de março de 2009;

CONSIDERANDO o disposto na Lei estadual nº 12.984/05, art.44.inc.IX e demais dispositivos legais;

CONSIDERANDO que o Conselho Gestor do Açude Ingazeira – CONSU/INGAZEIRA é órgão colegiado componente do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO todo o processo de criação do referido Conselho de Usuários e posse de seus membros em 21/05/08, de conformidade com os dispositivos legais, tendo sido aprovado o seu Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º- Homologar a criação do **Conselho Gestor do Açude Ingazeira – CONSU/INGAZEIRA**, em consonância com o seu Estatuto Social anexo.

Art. 2º- A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 25 de março de 2009.

João Bosco de Almeida
Presidente do CRH

ESTATUTO DO CONSELHO GESTOR DO AÇUDE DE INGAZEIRA

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Foro, Constituição.

Art. 1º. O CONSELHO GESTOR DO AÇUDE INGAZEIRA, doravante denominado CONSU/INGAZEIRA, é um colegiado componente do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco, com prazo de duração indeterminado e atuação na área de influência deste reservatório nos municípios de VENTUROSA e PEDRA em PE.

Parágrafo único: O CONSU/INGAZEIRA tem sede e foro no município de Venturosa.

Art. 2º. O CONSU/INGAZEIRA é constituído por 15 membros titulares, compostos da seguinte forma:

- I - 40% dos seus membros representantes do Poder Público da União, do Estado, que tenham interesse em participar da gestão e dos Municípios, inseridos no território de influência do açude;
- II - 20% de entidades civis;
- III - 40% de usuários de água, indicados por suas respectivas organizações.

Parágrafo Único: Cada membro titular terá um membro suplente.

Art. 3º - Os representantes das entidades referidas no inciso II do artigo anterior serão indicados por:

- I - organizações comunitárias;
- II - instituições técnicas de ensino, pesquisa e extensão;
- III - organização de produtores;
- IV - organizações cooperativas; e
- V - igrejas.

Parágrafo único: Todas as entidades devem estar devidamente legalizadas.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos e das Atribuições

Art. 4º. São objetivos do CONSU/INGAZEIRA:

- I - Assegurar a proteção, conservação e uso múltiplo das águas na área de influência do açude Ingazeira proporcionando o acesso aos recursos hídricos como um direito de todos;
- II - Colaborar com os poderes públicos na gestão participativa dos recursos hídricos e no cumprimento da legislação específica;
- III - Representar o conjunto das entidades que o integram perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais, no que diz respeito a gestão do açude.

Art. 5º. São atribuições do CONSU/INGAZEIRA:

- I – Intermediar as negociações para alocação negociada da água do açude Ingazeira, seguindo parâmetros definidos pelo órgão gestor de recursos hídricos de modo a garantir a oferta hídrica sustentável;
- II – Garantir os múltiplos usos da água;
- III – Orientar e informar aos usuários sobre os instrumentos de gestão;
- IV – Proteger e preservar os recursos hídricos e ambientais;
- V – Propor atividades para revitalizar o açude Ingazeira;
- VI – Apoiar a fiscalização dos usos dos recursos naturais do entorno do açude Ingazeira;
- VII – Promover atividades de educação ambiental junto às demais entidades;

- VIII – Desenvolver ações preventivas e de mediação de conflitos relacionada com os usos múltiplos das águas;
- IX – Participar da formação e futuro funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ipanema;
- X – Propor o ordenamento e controle da pesca no açude Ingazeira, respeitando-se a legislação vigente;
- XI – Acompanhar as atividades ligadas às águas e à organização do espaço do açude Ingazeira;
- XII – Participar da elaboração do plano de atividades do CONSU/INGAZEIRA;
- XIII – Participar dos processos de elaboração de Planos de Recursos Hídricos nos âmbitos federal e estadual e da bacia hidrográfica

Parágrafo único: Para cumprimento de tais atribuições, o CONSU/INGAZEIRA poderá firmar compromissos com entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, nacionais ou estrangeiras, além dos órgãos gestores dos recursos hídricos, estadual ou federal, desde que não seja contrário aos artigos deste estatuto.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio

Art. 6º. O patrimônio do CONSU/INGAZEIRA será constituído por bens móveis, imóveis e equipamentos comprados ou adquiridos por doação.

Parágrafo único: Em caso de dissolução, o acervo do CONSU/INGAZEIRA será doado à entidade que tenha objetivos afins, observando o art.61 do Código Civil e os termos de cessão firmados.

CAPÍTULO IV

Da Direção

Art. 7º O CONSU/INGAZEIRA terá a seguinte estrutura:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria Executiva.

Art. 8º A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberação do CONSU/INGAZEIRA.

Art. 9º A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente 02 vezes por ano e extraordinariamente sempre que for necessário convocada na forma definida neste estatuto.

Art. 10. Compete à Assembléia Geral Ordinária:

- I - Eleger os membros do CONSU/INGAZEIRA e sua Diretoria Executiva;
- II - Examinar e votar o plano de trabalho, o relatório anual e avaliação das atividades da Diretoria Executiva;
- III - Votar o Regimento Interno;
- IV- Discutir a alocação negociada de água;
- V - Apreciar as matérias das pautas das sessões;
- VI - Aprovar o calendário de Reuniões;
- VII - Deliberar sobre a admissão e exclusão de membros.
- VIII - Deliberar sobre os demais assuntos de interesse do CONSU/INGAZEIRA em consonância com seu Estatuto.

Art. 11. Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- I - Decidir sobre mudança dos objetivos e reforma do Estatuto Social do CONSU/INGAZEIRA;

- II - Deliberar sobre a admissão e exclusão de membros;
- III - Deliberar sobre a dissolução do CONSU/INGAZEIRA;
- IV- Alterar o estatuto com dois terços (2/3) dos seus membros;
- V - Deliberar sobre temas relevantes, inadiáveis ou urgentes.

Parágrafo único: Caso ocorra destituição ou renúncia de membros da Diretoria, a Assembléia Geral elegerá substitutos para completar o mandato e promoverá eleições dentro de 60 dias, contados da data da renúncia ou destituição.

Art.12. O quorum para a realização das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, é de dois terços (2/3) em primeira convocação, um terço (1/3) em segunda convocação e com intervalo de 30 minutos entre as convocações.

Art.13. As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente ou por um quinto (1/5) dos membros em pleno gozo dos seus direitos e deveres, com indicação de pauta, convocada com antecedência mínima de 10 dias úteis e as extraordinárias com antecedência mínima de 05 dias úteis, através de edital de amplo conhecimento dos membros integrantes do CONSU/INGAZEIRA.

Art.14. Os trabalhos da Assembléia serão sempre dirigidos pelo Presidente do CONSU/INGAZEIRA, ou seu substituto legal, e suas deliberações serão consignadas em ata, elaborada pelo Secretário e assinada por todos os membros presentes.

Art.15. A Diretoria Executiva é composta de Presidente, Vice-presidente, Secretário e segundo Secretário, todos eleitos, inclusive os demais membros do CONSU/INGAZEIRA em Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária para um mandato de 03 anos.

Art. 16. Compete à Diretoria Executiva:

- I – Cumprir e fazer cumprir a legislação Federal e Estadual de Recursos Hídricos, as resoluções do Conselho Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e demais leis pertinentes, o presente Estatuto Social, as deliberações das Assembléias Gerais e o Regimento Interno do CONSU/INGAZEIRA;
- II – Elaborar o plano anual de trabalho, submetendo-o à Assembléia Geral;
- III – Submeter à Assembléia Geral o relatório anual das atividades da Diretoria;
- IV – Criar grupos de trabalho ou Câmaras Técnicas, necessários à operacionalização do plano de Trabalho, aprovado pela Assembléia Geral.

Parágrafo único: Em grupos de trabalho e/ou em Câmaras Técnicas deve haver a participação de membros do CONSU/INGAZEIRA.

Art. 17. Compete ao Presidente:

- I – Representar o CONSU/INGAZEIRA em juízo ou fora dele;
- II – Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- III – Convocar os membros titulares e suplentes;
- IV – Dirigir os trabalhos da Assembléia Geral e das reuniões da Diretoria;
- V – Assinar atos e documentos constitutivos de obrigações legais e estatutárias;
- VI – Desempenhar outras atribuições estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Regimento Interno do CONSU/INGAZEIRA;
- VII – Proferir voto de desempate, se pertinente;
- VIII – Reunir-se com a Diretoria.

Art. 18. Compete ao Vice Presidente:

- I – Substituir o presidente em suas ausências e impedimentos;
- II – Participar das reuniões da Diretoria;
- III – Colaborar com as atividades do CONSU/INGAZEIRA;

IV – Desempenhar outras atribuições estabelecidas pela Assembléia Geral ou pelo Regimento Interno do CONSU/INGAZEIRA;

V – Colaborar no desempenho das funções do Presidente.

Art. 19. Compete ao Secretário:

I – Substituir o Vice Presidente em casos de impedimentos e ausências;

II – Manter atualizada a correspondência do CONSU/INGAZEIRA;

III – Cuidar da comunicação do CONSU/INGAZEIRA;

IV – Manter a guarda da documentação;

V – Secretariar as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria;

VI – Reunir-se com a Diretoria.

Art. 20. Compete ao segundo Secretário:

I – Substituir o Secretário em casos de impedimentos e ausências;

II – Colaborar no desempenho das funções do Secretário;

III – Reunir-se com a Diretoria.

Art. 21. Nenhum membro do CONSU/INGAZEIRA será remunerado.

CAPÍTULO V

Das Eleições

Art. 22. As eleições para os cargos da Diretoria e membros do CONSU/INGAZEIRA serão realizadas em Assembléia Geral Ordinária ou extraordinária, a cada 3 anos, contados da última posse.

§ 1º. Os membros eleitos serão empossados imediatamente após a proclamação dos resultados da eleição, realizada em votação ou por aclamação, a critério da Assembléia Geral.

§ 2º. A Assembléia Geral nomeará uma Comissão Eleitoral (CE) para dirigir o processo eleitoral, composta por membros do CONSU/INGAZEIRA não candidatos a cargos eletivos para a diretoria, de acordo com o Regimento Interno.

Art. 23. Cada entidade-membro, representada no CONSU/INGAZEIRA, terá direito a um único voto.

Art.24. A Diretoria deverá contemplar preferencialmente, na sua composição, os diversos segmentos sociais – poderes públicos, usuários e entidades civis - representados no CONSU/INGAZEIRA.

Art. 25. O edital de eleição será divulgado amplamente contendo o local o dia e horário além dos critérios de votação entre as entidades-membros do CONSU/INGAZEIRA com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data estabelecida para a eleição, coordenado pela Comissão Eleitoral(CE),

CAPÍTULO VI

Das Atribuições do Membros

Art. 26. Aos membros do CONSU/INGAZEIRA compete:

I - Discutir e votar todas as matérias que lhe forem submetidas;

II - Apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação do Plenário;

III - Solicitar vistas de processos, devidamente justificadas, que serão apreciadas e decididas pelo plenário;

IV - Solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias;

- V - Propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como prioridade de assuntos dela constante;
- VI - Requerer votação;
- VII - Fazer constar em ata o ponto de vista discordante, quando julgar relevante;
- VIII - Propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CONSU/INGAZEIRA;
- IX - Votar e ser votado para os cargos previstos neste Regimento;
- X - Deliberar sobre a solicitação de vistas das matérias e processos;
- XI - Propor a criação de Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho;
- XII - Participar das Câmaras Técnicas;
- XIII - Participar efetivamente das reuniões.

CAPÍTULO VII

Renovação e Desligamento dos Membros do CONSU/INGAZEIRA

Art. 27. O preenchimento de vagas para compor o conselho deverá ser feito mediante requerimento do interessado e preenchimento de cadastro, encaminhado a Comissão Eleitoral, acompanhado da documentação prevista no edital.

Art. 28. Em caso de reeleição, somente será permitida uma vez para os cargos da diretoria.

Art. 29. A ausência injustificada perante a Assembléia em três reuniões consecutivas, ou não, ordinárias ou extraordinárias, implicará no desligamento da entidade.

Parágrafo Único: após duas faltas de um membro, a diretoria comunicará oficialmente a entidade, a ausência do seu representante e solicitará nova indicação para CONSU/INGAZEIRA. Ocorrendo a terceira falta, em um período de 12 meses, será considerada excluída do CONSU/INGAZEIRA.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 30. O CONSU/INGAZEIRA deverá manter, pelo menos, os seguintes registros, em livros próprios e em arquivos:

- I - Atas das reuniões da Diretoria;
- II - Atas das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinária;
- III - Assinatura de presença dos representantes de membros às Assembléias;
- IV - Cópias das convocações;
- V - Cadastro de entidades representadas;
- VI - A escrituração geral do CONSU/INGAZEIRA.

Art.31. A diretoria providenciará regimento interno no prazo de 120 dias a contar da vigência deste Estatuto.

Art.32. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral, nos limites da legislação vigente.

Art.33. O presente estatuto, votado e aprovado em Assembléia Geral, realizada em 27 de janeiro de 2009, entra em vigor a partir desta data, após registro em Cartório de Títulos e Documentos e/ou publicação no Diário Oficial do Estado .

Venturosa, 27 de janeiro de 2009